

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NO ANO DE 2013 DO CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ – CONERH

01 Ao primeiro (01) dia do mês de outubro do ano de dois mil e treze (2013), às nove (09:00)
02 horas, foi realizada a 1ª Reunião Extraordinária do CONERH, no Auditório da SEINFRA, na
03 qual estiveram presente os seguintes conselheiros: O Presidente do CONERH, Dr. César
04 Augusto Pinheiro, o Secretário Executivo do CONERH, Dr. Paulo Miranda Pereira/SRH;
05 Maria Zita Timbó/DNOCS, Maria Amélia Souza Menezes/CAGECE, Rogério
06 Campos/UNIFOR, Antônio Renato Lima Aragão/FIEC, Vicente Barbosa Soares/CBH,
07 Karine Machado Fontenele/SEPLAG, Maria Inês Teixeira Pinheiro/IFCE, João Teixeira
08 Júnior/FAEC, Nicolas Arnaud Fabre/APRECE, Osvaldo Segundo da Costa/SPA, Edmundo
09 Olinda Filho/CIDADES, Raimundo Josino Pontes/SEINFRA, Priscila Carvalho
10 Holanda/SEDUC, Silas Barros Alencar/SDA, Antônio Praxedes Berto/ABES, Maria Dias
11 Cavalcante/ CONPAM e Viviane Gomes Montes/CONPAM. O **Dr. César Augusto**
12 **Pinheiro, Presidente do CONERH**, fez a abertura da reunião, agradecendo a presença de
13 todos, em seguida passou condução dos trabalhos ao Secretário Executivo do CONERH, Dr.
14 Paulo Miranda Pereira. Após cumprimentar os presentes e desejar-lhes uma boa vinda, o
15 Secretário Executivo fez a verificação do quorum e após constatado atendimento formal do
16 quorum foi dado seguimento aos trabalhos, tendo como primeiro item a **Aprovação da Ata**
17 **da 64ª Reunião Ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará**. O **Sr. Vicente**
18 **Barbosa Soares (CBH)**, ao fazer uso da palavra, pediu que fosse feita duas alterações no
19 texto da Ata. Como não houve mais pedido de alteração e após efetuadas as alterações
20 solicitadas a Ata foi aprovada. Com a palavra, Dr. Paulo Miranda seguiu para o próximo item
21 da pauta, os **Informes**, ficando facultada a palavra para manifestação dos presentes. A **Sra.**
22 **Maria Amélia Souza Menezes (CAGECE)** pediu a palavra e informou que conforme
23 previsto na 64ª Reunião do Conselho, a CAGECE e a COGERH procederam os encontros
24 previstos e a proposta, que no próximo item da pauta será apresentada pela COGERH, foi de
25 consenso destas duas instituições, mas a conselheira a pedido da CAGECE gostaria que
26 fosse formada uma comissão pelo Conselho, composta por membros destas duas instituições,
27 para condução dos trabalhos no caso de alterações na tarifa, pois a CAGECE deve atender os
28 termos da ARCE no tocante às alterações tarifárias daquela instituição. O **Sr. Vicente**
29 **Barbosa Soares (CBH)** alerta os membros do Conselho que a cidade de Irauçuba vem
30 atravessando uma forte crise no abastecimento e pediu para que os membros do Conselho se
31 solidarizasse com o município no sentido de ampliar a oferta hídricas pois o volume
32 disponibilizado à população através dos carros pipas tem sido insuficiente. O **Sr. João**
33 **Teixeira Júnior (FAEC)** sugere que fosse feita uma campanha no sentido de sensibilizar a
34 população para um uso mais racional da água. O **Sr. Edmundo Olinda Filho (CIDADES)**

35 reforça a proposição apresentada pelo sr. João Teixeira Júnior, acrescentando que a
36 população deve se preparar para enfrentar uma possível ampliação da criticidade do quadro
37 da disponibilidade hídrica do Estado. O Sr. Presidente do Conselho sugere a formação de um
38 grupo para elaboração de um documento orientativo para a condução do debate. O **Sr. João**
39 **Lúcio Farias/COGERH** explicou que a COGERH elabora cenários para serem debatidos
40 por grupos deliberativos. A **Sra. Maria Dias Cavalcante (CONPAM)** sugere uma
41 articulação da comissão com o Comitê de Segurança Hídrica. O **Sr. Nicolas Arnaud Fabre**
42 **(APRECE)** sugere que a campanha tenha um grupo para conduzir bem definido, pois tem
43 havido várias iniciativas de campanhas de conscientização, mas o efeito não tem sido o
44 esperado. A **Sra. Maria Amélia Souza Menezes (CAGECE)** alerta que a sensibilização
45 para atingir os efeitos esperados deve ser uma vontade política. Ao concordar com a
46 representante da CAGECE, o Sr. João Teixeira Júnior pediu o apoio do Presidente do
46 Conselho para intermediar uma reunião com o Governador do Ceará para que um grupo
48 apresente o documento consolidado ao Governador. O **Sr. Osvaldo Segundo da Costa**
49 **(SPA)** pediu para que a SRH desse mais visibilidade as ações do Conselho. O Sr. Paulo
50 Miranda Pereira solicitou aos presentes que atualizassem os seus e-mails para facilitar a
51 preparação das reuniões e que na medida do possível, os conselheiros dessem retorno,
52 acusando o recebimento das correspondências. O Sr. João Teixeira Júnior pediu para além do
53 envio do material previsto com a antecedência formal, fosse encaminhado um aviso dentro
54 de um prazo mais curto para evitar possíveis esquecimentos. O Secretário Executivo lembrou
55 aos presentes que, segundo a programação anual do Conselho, a última reunião ordinária
56 estava marcada para o dia vinte de novembro do corrente ano e pediu a confirmação desta data
57 aos presentes. O Sr. João Teixeira Júnior argumentou que a atual crise hídrica impunha um
58 maior controle por parte dos presentes e sugeriu que além da última reunião ordinária que
59 ocorreria próximo da data prevista, mas que fosse realizada uma reunião extraordinária, onde
60 a FUNCEME apresentasse um prognóstico, a COGERH e a SRH apresentassem um balanço
61 anual das atividades executadas e as propostas a serem trabalhadas para o próximo ano. O
62 grupo acordou uma nova data para a reunião ordinária, ficando estabelecida a data de doze
63 de novembro de dois mil e treze, quanto a data da reunião extraordinária deveria ser
64 acordada durante a última reunião ordinária. Não mais havendo informes o Secretário
65 Executivo repassou a palavra ao Sr. Denilson Fidelis, representante da COGERH, para
66 apresentar a proposta de alteração nos valores da tarifa de uso de água bruta. Depois de
67 apresentada o balanço, despesas e receitas da COGERH, mostrando o incremental das
68 despesas e ao final pediu ao conselho que aprovasse um aumento médio de 4,12% (quatro
69 vírgula doze por cento), considerando que este valor fora consensado com o segmento do
70 abastecimento humano. O Sr. João Teixeira pediu esclarecimento sobre uma possível
71 instabilidade financeira da instituição, uma vez que esta estaria propondo índices de

72 recuperação com valores inferiores à inflação acumulada. O Sr. Paulo Miranda Pereira
73 explicou que a tarifa de água bruta proposta no Ceará tem como base o subsídio cruzado e
74 que uma prospecção onde se prevê um aumento no consumo do segmento de maior
75 capacidade de pagamento pode gerar um incremental de receita que faz diminuir o impacto
76 da inflação. A **Sra. Maria Zita Timbó (DNOCS)** perguntou se não havia sido previsto nas
77 despesas algum gasto com recuperação e manutenção das obras de barramento de
78 propriedade da União, pois estas estruturas hidráulicas são responsáveis pela regularização
79 de grande parte da vazão disponível no sistema. O Sr Paulo Miranda Pereira esclareceu que
80 ao se propor o modelo tarifário no Ceará se deparou com uma infraestrutura instalada sem as
81 necessárias manutenções, o que gerou a necessidade de uma alocação de gasto na
82 recuperação das infraestruturas relativamente elevado e que ao se confrontar com a baixa
83 capacidade de pagamento dos usuários, decidiu-se que a tarifa cobriria os custos de
84 operação do sistema e parte da manutenção, mas que se fosse promovido um debate mais
85 amplo onde este modelo poderia ser revisto. Ao final do debate o Conselho aprovou o
86 aumento proposto, sem o aprofundamento na revisão da grade de custos contemplando novas
87 despesas. O Sr. Paulo Miranda Pereira avançando na pauta repassou a palavra para a **Sra.**
88 **Ana Cláudia Fernandes (SRH)** para que fosse apresentado um estudo sobre a taxa de
89 emolumentos. Foi apresentada uma simulação de arrecadação durante os anos 2010, 2011 e
90 2012, detalhando os recebimentos das diversas categorias de uso. A partir destes estudos foi
91 concluído que apesar da possível tendência de crescimento, os valores absolutos são
92 relativamente baixos, a maior capacidade de pagamento impactava de forma pouco
93 expressiva no valor final tendo que sofrer um aumento considerável para que seu efeito seja
94 expressivo no todo. Diante do fato que a taxa de emolumento seria implantada inicialmente
95 de forma educativa, a Sra. Ana Cláudia Fernandes sugeriu a não alteração nos valores a
96 serem cobrados. A Sra. Maria Zita Timbó pediu esclarecimento sobre a necessidade de
97 pagamento da taxa de emolumento pelo DNOCS, uma vez que a água seria considerada
98 como bem da União. O Sr. Paulo Miranda Pereira esclareceu que qualquer empreendedor,
99 inclusive a União, ao propor uma obra de interferência hídrica em corpos de domínio do
100 Estado deveria pedir outorga para execução deste referido empreendimento e a análise deste
101 pedido estaria sujeita ao recolhimento da taxa de emolumento, conforme prevê a Lei nº
102 14.844/10. O Sr. Edmundo Olinda Filho pediu esclarecimento sobre a questão do uso com
103 ônus se seria específico do Estado do Ceará. O Sr. Paulo Miranda Pereira esclareceu que a
104 cobrança consta tanto dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos na Lei
105 Nacional 9.433/97, como na Lei Estadual nº 14.844/10. Os Estados estavam em fase
106 diferente de implantação mas isto é uma realidade nacional. E não tendo mais nenhum
107 assunto a ser discutido, o Presidente do Conselho, Dr. César Pinheiro, agradeceu a presença
108 de todos e deu por encerrada a reunião. Eu, Paulo Miranda Pereira, Secretário Executivo do

109 CONERH, lavro esta Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, pelo Presidente
110 e pelos demais conselheiros. Fortaleza, 02 de outubro de 2013.

1. SRH

CESAR AUGUSTO PINHEIRO

Daniel Sanford Moreira

2. SEINFRA

JOAQUIM FIRMINO FILHO

Raimundo Josino Pontes

3. SECITECE

RENÊ TEIXEIRA BARREIRA

Pedro José Freire Castelo

4. SEPLAG

KARINE MACHADO FONTENELE

Francisco Parente Gomes

5. CIDADES

MÁRIO FRACALOSSÍ JÚNIOR

Edmundo Olinda Filho

6. SPA

RICARDO NOGUEIRA CAMPOS FERREIRA

Osvaldo Segundo da Costa Filho

7. SEDUC

PRISCILA CARVALHO HOLANDA

Solange Maria Rabelo

8. SDA

JOSÉ WANDERLEY AUGUSTO GUIMARÃES

Silas Barros de Alencar

9. CONPAM

MARIA DIAS CAVALCANTE

Viviane Gomes Monte

10. CEDE

IVAN RODRIGUES BEZERRA

Raimundo Reginaldo Braga Lobo

11. APRECE

LUIZ PRAGMÁCIO TELLES FERREIRA DE SOUZA

Nicolas Arnaud Fabre

12. CBH

VICENTE BARBOSA SOARES

Antônio Alves de Araújo

13. DNOCS

JOSÉ FALB FERREIRA GOMES

Maria Zita Timbó Araújo

14. ABES

ANTÔNIO PRAXEDES BERTO

Francisco Vieira Paiva

15. ABRH

TICIANA M. DE CARVALHO STUDART

Renata Mendes Luna

16. IFCE

CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA

Maria Inês Teixeira Pinheiro

17. UNIFOR

ROGÉRIO CAMPOS

Oyrton Azevedo de Castro M. Júnior

18. CAGECE

MARIA AMÉLIA SOUZA MENEZES

Carlos Augusto Lopes Moreira

19. FAEC

JOÃO TEIXEIRA JÚNIOR

Carlos Bezerra Filho

20. FIEC

ANTÔNIO RENATO LIMA DE ARAGÃO

Elaine Cristina de Moraes Pereira

Secretario Executivo do CONERH

PAULO MIRANDA PEREIRA

Maria Eliane Sampaio Cortez

Assessoria Jurídica do CONERH

RISNALDO DA COSTA MOREIRA

Germana de Mattos B. Góes Giglio
